

# SE VALORES ABSOLUTOS NÃO EXISTEM, TUDO É PERMITIDO

Davi Dempsey Ferreira Reis\*

Hélio Wiliam Cimini Martins Faria\*\*

## RESUMO

A sociedade atual, chamada pela sociologia de “pós-moderna”, advoga abertamente que “tudo é relativo”. Esta máxima filosófica, conhecida como relativismo, vem desde filósofos da Grécia antiga e sua influência hoje acabou abolir os valores absolutos, eternos e imutáveis. Tal posição, porém, entra em choque com diversos entendimentos sólidos e bem sedimentados ao longo da história humana, como por exemplo, a aclamada lógica aristotélica. Desta forma, o presente trabalho estuda a logicidade desta máxima, buscando as consequências que ela traz à Filosofia, e após, se utilizando da deontologia, investiga a necessidade imperiosa da existência de valores absolutos. O autor, tendo como base a conclusão de Fiódor Dostoiévski no renomado romance “Os Irmãos Karamazov”, sustenta que se “tudo é relativo”, logo, tudo também é permitido, o que seria um caos para o bem-estar social.

**Palavras-chave:** Relativismo. Pós-modernismo. Modernidade líquida. Valores Absolutos. Dever-ser. Guilhotina de Hume.

## 1 INTRODUÇÃO

“Ser ou não ser, eis a questão” - Shakespeare. Sem dúvidas, está é uma das frases mais famosas da literatura mundial, mas não por coincidência. Proferida pelo protagonista Hamlet, após várias tragédias, mortes, prazeres e traições vividas, ela não é somente a revelação de seu forte dilema ético entre amor e vingança, mas um eco da maior indagação que o ser humano tem diante de todas as escolhas que este é obrigado a fazer: Isto é certo ou errado?

Não há como fugir de discussões acerca de moralidade e ética, este assunto sempre foi central nos questionamentos humanos. Atualmente, pesquisas feitas por neurocientistas têm destacado o fato de que homem tem toda uma fisiologia cerebral criada para fazer julgamentos morais<sup>1</sup>. Essa descoberta é fantástica, pois ela prova empiricamente que a moralidade não é apenas um objeto de indagação humana, mas é inerente ao próprio “ser” deste. Em outras palavras, “ser” humano é “ser” moral. Antes mesmo de começar a perguntar e especular acerca do que é certo ou errado, ela já habitava em seu íntimo sistema neurológico. Não é por menos que, o renomado Immanuel Kant mesmo sem ter conhecimento das pesquisas mencionadas, já tinha demonstrado muito bem esse fato ao dizer que “duas coisas ocupavam a mente com admiração e reverência [...]: o céu repleto de estrelas sobre mim e a lei moral dentro de mim” (*apud* BORGES, 2015, p.18, grifo nosso).

---

\* Graduanda em Direito pela Faculdade de Ipatinga.

\*\* Mestrado em GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO pela Universidade Vale do Rio Doce, Brasil (2016). Professor da Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, Brasil.

<sup>1</sup> O Dr. Pedro Calabrez, discorre de forma brilhante sobre o tema no vídeo “A Psicologia do Julgamento”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZSGq5GK2vFM>, citando o renomado Dr. Jonathan Heidt, autor do livro “A Mente Moralista” (2018).

Nesses debates acerca da moral e sua natureza, a humanidade sempre chegou a, basicamente, duas conclusões opostas entre si. A primeira, formada ainda nos seus primórdios, é a de que a moral é absoluta, eterna, imutável, anterior e intrínseco ao homem. Esta parece ser a tese que prevaleceu por bastante tempo até que outra, nascida na Grécia antiga, chegou até hoje e ganhou força como nunca visto antes – a afirmação de que a moral é relativa. Este grupo advoga que ela é apenas uma convenção social, exterior ao indivíduo e, portanto, não existe algo imutavelmente certo ou errado. Tudo “depende”.

Protágoras (sec. V a.C), sofista<sup>2</sup> grego, foi um dos primeiros a propor a filosofia relativista. Segundo ele, todo o universo observado necessariamente passa pelo crivo sensorial do sujeito observador – o homem – e como não há ser humano igual ao outro, é impossível que se obtenha igualdade de interpretação deste objeto observado. Exemplificando: imagine duas pessoas, uma usando óculos de lentes verdes, outra usando óculos de lentes rosas e ambas a observar uma folha de papel branca. Cada uma dirá que vê a folha da cor de suas respectivas lentes. Porém, não é a mesma folha branca? Os óculos são o crivo sensorial de cada ser humano, a folha branca é o objeto observado e as pessoas o sujeito observador. A depender das lentes usadas, o mundo ao redor, mesmo continuando o mesmo, será percebido de formas diferentes.

Nesta toada, Protágoras disse sua célebre frase: “o homem é a medida de todas as coisas”, conhecida como *homo mensura*. Ou seja, a mente humana é a responsável por medir moralmente todas as atitudes, declarando-as boas ou más. Sendo assim, não há espaço para a “retrógrada” afirmação de que algo é, essencialmente, certo ou errado. Tudo depende de qual “óculos” o sujeito está utilizando.

A filosofia inaugurada por Protágoras perpassou os milênios, sofreu contestações por Sócrates, aprimoramentos por Nietzsche, até que, atingindo a sociedade atual, vem sendo altamente consumida pela maioria. A sociedade pós modernista, como é chamada pelos sociólogos, sepultou sua predecessora - a modernidade racionalista de Descartes – e, em seguida, afirmou não existir verdades absolutas, tudo é relativo.

O tema é tão atual que, em 2010, uma pesquisa feita por David Bourge (Western University de Richmond) e David Chalmers (Australian National University), com 3 mil filósofos, demonstrou que aproximadamente 1/3, ou seja, mil deles, afirmam não existir valores morais absolutos (SILVA, 2018, p. 311).

Entretanto, quais são as consequências de se abolir esses valores eternos e imutáveis? Vários pensadores, de várias épocas, como se verá, já se debruçaram sobre esta pergunta.

Uma das possíveis respostas foi apresentada por Fiódor Dostoiévski. Em seu romance “Os Irmãos Karamázov”, tido pelos críticos como uma das mais importantes obras da literatura mundial, o eminente filósofo russo defende que se não existissem tais valores, tudo seria permitido. Em outras palavras, se não há nada fora do homem que afirme indubitavelmente ser algo certo ou errado, todos os valores morais não passam de meras convenções sociais, circunstanciais e momentâneas, forjadas segundo a conveniência e oportunismo do tecido espaço-tempo, e sendo assim, todas as ações são legítimas.

---

<sup>2</sup> O Dr. Rodrigo Silva comenta: “Ele [Protágoras] foi o que mais assumiu a mudança de foco da natureza – fonte de investigação dos pré-socráticos – para o homem – centro da argumentação sofista.” (2018, p. 313).

Este trabalho, primeiramente monta um breve esboço histórico do comportamento do relativismo ao longo das eras e analisa sua máxima sob o prisma da lógica aristotélica. Após, há um aprofundamento em cima da conclusão supracitada de Dostoiévski somando-a às importantes observações deontológicas<sup>3</sup> do filósofo Inglês David Hume. Todo este caminho percorrido, objetiva responder a seguinte pergunta: “Tudo é permitido, se valores absolutos não existem?”.

Por hora, há de se ressaltar três fatores que demonstram a importância deste estudo para a academia de Direito.

Primeiramente, é cediço que o Direito é uma construção histórica. Todo o arcabouço jurídico – conceitual e prático – que se tem hoje, não veio da noite para o dia, é fruto de milênios. Em cada época, desde a antiguidade até a presente pós-modernidade, houve pensadores contribuindo para sua edificação. O relativizar valores absolutos traz diversos perigos a toda esta construção milenar aludida como, por exemplo os “conceitos-base” da ciência jurídica: justiça, liberdade, igualdade etc. Ora, o ruir da base, assim como em qualquer outra edificação, torna todo o restante comprometido, correndo sérios riscos de queda.

Em segundo lugar está o fato do Direito ser, por excelência, uma ciência valorativa. A partir do momento ele se preocupa em criar normas jurídicas que regerão a sociedade, é imprescindível que haja valoração de determinadas condutas para que, posteriormente seja elaborado o que Kelsen (1998) chama de “dever-ser”<sup>4</sup>, determinando assim quais condutas serão e quais não serão aceitas.

Em terceiro lugar encontra-se o fato da pesquisa não estar somente ligada somente ao Direito, mas à própria razão do homem existir. A existência ou não de valores absolutos sempre o acompanhou em sua trajetória ao longo do tempo, sendo objeto de especial reflexão. Basta um simples olhar em direção à história para chegar-se a esta conclusão. Apenas para dar alguns exemplos: a mitologia antiga teve como um dos seus objetivos transmitir valores morais de geração em geração; a filosofia, considerada mãe de todas as ciências, quando reinaugurada por Sócrates teve com uma de suas finalidades a busca pela verdade.

Por último, mas não menos importante, a motivação da pesquisa feita tem viés pessoal do autor enquanto cristão confesso. A existência de valores absolutos, eternos e imutáveis gera a necessidade lógica da existência de um Ser Absoluto, Eterno e Imutável. Ora, é impossível haver legislação, sem um legislador prévio. Além do mais, o autor já foi de um lado ao outro do pêndulo: de árduo defensor do relativismo, negando veementemente haver verdades absolutas, ao longo de sua vida teofanias e estudos teológicos/filosóficos, o fizeram mudar esse paradigma, razão pela qual, aprofundou conhecimento.

## 2 RELATIVISMO X ABSOLUTISMO NA HISTÓRIA

### 2.1 Na antiguidade

<sup>3</sup> Deontologia (“*deon*”: dever, obrigação; “*logos*”: estudo, ciência), termo criado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, é a cadeira da filosofia que se dedica ao estudo da ética, do dever-ser. Do outro lado, situa-se a Ontologia (“*on*”: ser, essência; “*logos*”: estudo, ciência), que estuda o ser, a essência de tudo que existe.

<sup>4</sup> Para o juspositivista Kelsen, o dever-ser “é a vontade de que um outro indivíduo se conduza de determinada maneira” (1998). Ora, esta vontade necessariamente deve ter como mola propulsora um valor, uma motivação, de quem a exterioriza.

Como já dito, foi Protágoras quem lançou as bases da filosofia relativista. A conclusão chegada por ele de que não existe certo ou errado, foi um passo diferencial e inédito para a época, pois ela fez com que caísse por terra a importância de debater ou especular acerca da essência do *cosmos* ou da vida. Se cada um chegará a uma resposta diferente e é impossível estabelecer uma verdade, por que investigar? Tais assuntos se tornam incognoscíveis e conseqüentemente, perda de tempo, não merecendo a atenção do homem. Assim, o foco passou a ser as questões práticas do cotidiano.

Entre os primeiros a serem influenciados por este pensamento encontra-se seu contemporâneo Pirro de Élis (sec IV a.C.). Abraçando a ideia de que nada pode ser verdadeiramente conhecido e seguindo o proposto de se preocupar apenas com questões que realmente importam e trarão resultados benéficos para o homem, Pirro propõe a suspensão de todo juízo ou proposição, a famosa *epoché*<sup>5</sup>. Diante da vida e seus dilemas, o homem não aceita e nem nega nenhum juízo, estando sempre em atitude de indagação, questionamento. Essa atitude, ao ficar enrustecida e se tornar um hábito, levará o homem a *ataraxia*, estado de imperturbabilidade da alma, no qual não se preocupará mais com assuntos inúteis. Desta forma inaugurou-se a escola do ceticismo, doutrina que prega a dúvida permanente. Percebe-se que esta escola nada mais é do que um alargamento das fronteiras do relativismo.

Esse fluxo de pensamento logo encontrou forte resistência e acabou sendo esquecido por um longo período. A razão disto foi o raciocínio proposto por Sócrates (sec. V a.C.), considerado patrono da filosofia, que se contrapôs ao relativismo e voltou com a busca incessante pela essência das coisas, do *cosmos* e da verdade. Esta será a grande preocupação filosófica pelo restante da antiguidade indo até o final da modernidade.

A vida a ser buscada, para o patrono, é a vida virtuosa e a virtude, por sua vez, é conhecida a partir de conceitos absolutos como o de “justiça”, “bondade” e “beleza”. O dever do homem é, através do método socrático desenvolvido com base no raciocínio e questionamento, chegar a essência deles. Para ele “uma vida irrefletida não vale a pena ser vivida”, ou seja, sem a reflexão é impossível chegar-se ao “bem” e ao “mal”, ao “certo” e ao “errado”, e assim, alcançar a virtude e, sem esta, não vale a pena viver.

Seu discípulo Platão e em seguida Aristóteles (ambos do sec. IV a.C.) seguiram seu papel refutador do relativismo, mesmo que adotando métodos e perspectivas diferentes.

Platão trouxe à tona a “teoria das formas” e com ela, o “mundo das ideias” como fonte primária da essência e das verdades absolutas, tanto físicas como morais. Para ele, o “mundo dos sentidos” no qual o corpo do homem vive (percebido pelos seus sentidos) é uma cópia imperfeita, portanto, não confiável, do perfeito “mundo das ideias” (percebido somente pela alma, através da razão<sup>6</sup>). Aquele é uma sombra do verdadeiro mundo, o real, contido neste. Logo, a verdade será atingida quando a alma do homem, pela razão, conseguir extrair a ideia ou forma perfeita que habita no “mundo das ideias”.

Já Aristóteles, diferentemente de seu mestre, não desconfiou dos sentidos e das percepções do mundo, antes, os usou na busca da verdade. Comentando esse pensamento de Aristóteles, Will Buckingham *et al*, disse que “a partir da nossa experiência do mundo, aprendemos quais as características compartilhadas que

<sup>5</sup> Palavra grega que significa “colocar entre parênteses”.

<sup>6</sup> Sendo a razão a maneira de se alcançar o “mundo das ideias”, a verdade, Platão dá os primeiros passos para o posterior desenvolvimento do racionalismo e a utilização do raciocínio dedutivo.

tornam as coisas aquilo que elas são.” (2011). Logo, consegue-se chegar a essência do que existe através da observação feita pelos sentidos e assim, quanto mais experimento<sup>7</sup> mais chego à natureza universal e imutável do que estou observando, a essência das coisas.

É importante perceber o fato, no mínimo curioso, de que os conceitos de eternidade, imutabilidade, perfeito, universal e verdade – em outras palavras: os valores absolutos, tema cerne desta monografia - sempre estão em voga na filosofia. Uma parte de pensadores faz um incessante esforço a fim de alcançá-los, enquanto outra parte tentará a todo custo negá-los. Não obstante, em ambas eles continuam sendo uma nota tônica constante.

## 2.2 “Creio, logo existo”

Já na Idade média, a verdade e a razão da existência do homem será dada pela igreja medieval. O crer será o motivador mor de todas as ações humanas, não só em termos filosóficos, mas também na vida prática, daí vem o “creio, logo existo”.

A filosofia desta época, patrística e escolástica, foi direcionada pelo binômio fé e razão, que eram consideradas “servas da teologia”. Nesse prisma, houve a chamada helenização dos ensinamentos bíblicos: adaptação/harmonização das ideias dos principais filósofos gregos antigos, já citados, aos estudos teológicos. Santo Agostinho (sec. IV) e São Tomás de Aquino (sec. XIII) cristianizaram as ideias de Platão e Aristóteles, respectivamente.

Obviamente, pela própria postura religiosa dogmatista, a busca pela verdade absoluta manteve-se e o relativismo continuou a ser rechaçado. Inclusive, Aquino, utilizando-se do silogismo aristotélico traça severas críticas ao antigo Protágoras, que irão ser vistas de maneira mais profunda no tópico 2 deste trabalho.

## 2.3 “Penso, logo existo”; o edifício da razão começa a ser erguido

Na Modernidade, sucessora da Idade Média, começa-se a derreter todos os sólidos “grilhões” dos conceitos absolutos tão defendidos e já sedimentados. Insta salientar que, o “derretimento dos sólidos” (*apud* MARX, ENGELS; 2001, p. 9) expressão utilizada por Bauman, sociólogo da contemporaneidade, apenas iniciou-se. Seu auge será atingido posteriormente, como irá ser demonstrado.

Por meio do renascentismo, a filosofia foi laicizada e seu foco deixou de ser a fé e a teologia, prevalecendo a visão antropocêntrica.

René Descartes<sup>8</sup> (sec. XVII), pai da filosofia moderna, revive e dá corpo ao racionalismo de Platão entronizando a razão como a “rainha” da modernidade, o fundamento sob o qual toda construção do conhecimento deveria ser montado. O método utilizado por ele será a “dúvida metódica” que consiste em, num primeiro momento, ser um ferrenho cético e duvidar de tudo, inclusive da própria existência, supondo existir um gênio maligno cujo papel é iludir o homem acerca disso. Depois

<sup>7</sup> Aristóteles é um dos primeiros fundadores do empirismo, método que preleciona o experimento como único modo de se chegar ao conhecimento, utilizando o raciocínio indutivo.

<sup>8</sup> Considerado o pai da filosofia moderna, Descartes é visto como “o segundo Sócrates”. Assim como o primeiro, ele desconfia das opiniões e crenças do *status quo* e também de seus próprios pensamentos para, após, buscar um método seguro que o conduzisse à verdade. Interessante notar que as meditações de Descartes são escritas em primeira pessoa, abordagem que evidencia ainda mais sua aproximação com Sócrates também propôs a extração da compreensão da própria pessoa. O método socrático ficou conhecido como maiêutica, e o de Descartes como método cartesiano.

de elevar a dúvida a este ponto, começa-se a produção de certezas e verdades. A primeira delas é a certeza da própria existência, pois se “penso, logo existo” (*cogito ergo sum*), ou seja, mesmo que haja um gênio maligno tentando enganá-lo, isso só poderia acontecer se ele de fato existir.

Essa produção de verdades de modo racional foi um ponto de virada entre o crer por crer e o crer por pensar, raciocinar. Em seguida o empirismo de John Locke (sec. XVII) deu importância ao experimento, pondo este como fonte primária de conhecimento. Ele difere um pouco de Descartes quanto ao método, na mesma proporção que Aristóteles discordava de Platão, todavia um mesmo objetivo era comum em todos eles: a produção de certezas confiáveis, sólidas. Todavia, a excessiva ênfase na experimentação e método científico mostrou-se um problema para os conceitos ontológicos “bom, mal, certo e errado”, devido à própria natureza destes. Como não há como observá-los ou prova-los no laboratório, começaram a perder importância no paradigma moderno.

## 2.4 O apedrejamento do edifício da razão

O edifício da razão moderna foi sendo construído sobre fortes, e até então, inabaláveis fundamentos. Não obstante, algo curioso começou a ser percebido entre os filósofos e a própria sociedade moderna: o incessante conflito de opiniões entre os filósofos. Por mais que todos se utilizavam da razão e do experimento, todos tinham opiniões divergentes e bons fundamentos para justificar seus posicionamentos. Como saber a verdade absoluta? Como saber o que realmente é o certo e o errado, o verdadeiro ou o falso?

Assim, o entendimento que há um mundo objetivo começou a abalar. O relativismo a tanto tempo esquecido e deixado de lado inicia seu processo de renascimento e aumenta a temperatura do “derretimento dos sólidos” já mencionado.

Neste contexto, o ceticismo ganhou muita força. Voltaire (sec. XVIII), olhando para tudo isso, insurgiu-se contra a certeza partindo de duas premissas. A primeira é a de que todo fato ou teoria já foi revisto ao longo da história, e a segunda é a de que o conhecimento não é inato, ou seja, o ser humano não nasce com conceitos ou ideias prontas. Logo, toda teoria pode ser desafiada. Assim ele formula sua célebre frase “A dúvida não é uma condição agradável, mas a **certeza é absurda**” (VOLTAIRE, *apud* BUCKINGHAM, 2011, p. 146, grifo nosso). Cabe dizer que este filósofo não afirmou a inexistência de verdade absolutas, ele apenas se viu impotente de conhecê-las, e desta forma, a dúvida seria o único ponto de vista lógico.

Além das críticas céticas, que foram alargadas por David Hume (sec. XVIII) há também inúmeros acontecimentos históricos e mudanças sociológicas datadas no final do sec. XIX que deram azo para a razão receber ainda mais diversas e severas desaprovações pelo mundo filosófico.

A revolução industrial e a exploração ardil do proletariado, caracterizada por longas jornadas de trabalho com condições altamente insalubres, baixíssimos salários, tudo com o objetivo de aumentar o lucro e manter o poder nas mãos da elite econômica, levou Karl Marx a censurar a razão, colocando-a como um meio de dominação do capitalismo. Pouco tempo depois, bebendo do cálice filosófico de Marx, a escola de Frankfurt<sup>9</sup> seguiu o mesmo caminho.

<sup>9</sup> A escola de Frankfurt, fundada em 1923, reuniu vários pensadores e teve como objetivo opor e criticar a tradicional filosofia racionalista. Dentre seus pensadores encontra-se Horkheimer. Em seu livro intitulado

Neste paradigma de exploração capitalista, desta vez, somado à formação das nações como Estados e o surgimento do positivismo com o intenso exercício de poder e controle por eles - marcado pela disciplina do vigiar e punir rigorosamente - leva Michel Foucault a considerar a razão, noção da verdade e a própria moral como “filhas do poder”. Isto é, elas são “uma ficção sustentada pelos sistemas de poder (as classes dominantes [burguesia], os políticos, os líderes religiosos etc.), sendo que o próprio poder do conhecimento é arbitrário.” (REIS, 2011, p. 78).

Estes são apenas alguns dos filósofos que criticaram a razão e o conceito de verdade. Pode-se comparar cada crítica com pedras a serem jogadas no grande edifício da razão, fundamentado e consolidado por séculos.

## 2.5 Renascimento do relativismo

Neste processo ocorre uma nova virada de período filosófico/sociológico. A verdade moderna foi jogada por terra e em seu lugar (por motivo de força lógica, como irá se analisar em tópico posterior), é obrigatório que se erga uma nova verdade: a pós-modernista. Esta última, chamada por Bauman de modernidade líquida, “emergiu do derretimento radical dos grilhões e das algemas que, certo ou errado, eram suspeitos de limitar a liberdade individual de escolher e de agir” (2001, p.12).

A responsabilidade pelo renascimento do relativismo na pós-modernidade veio de vários pensadores contemporâneos, por hora analisar-se-á apenas quatro, Jacques Derrida, Richard Rorty e, posteriormente, Friedrich Nietzsche e Jean-Paul Sartre.

Jacques Derrida (sec. XX) contribuiu através de dois conceitos criados por ele: a “desconstrução” e o termo técnico “diferência”. A desconstrução, como a própria palavra sugere, é um método de desmontagem/decomposição que atinge muito mais que somente da razão ou verdade, mas a própria linguagem humana, tanto escrita como falada. Como ele disse, quaisquer tipos de linguagem (todavia, somente a linguagem escrita nos permite ter ciência disto), têm muitas *aporias*, palavra grega que traduzida significa “contradição”, “impasse”. O método, então, consiste em ler os textos explorando esses hiatos e buracos que ele tem com o objetivo de “trazer à luz os paradoxos e contradições ocultas, desconstruindo-o” (BUCKINGHAM *et al*, 2011, p. 146). Diga-se de passagem, devido a este conceito criado por Derrida, os filósofos críticos da razão herdaram o título de “desconstrucionistas”.

A “diferência”, é a tradução de uma palavra francesa cunhada por ele próprio. No original, é um jogo das palavras “adiar” e “diferir/diferente”. Isto se dá porque, como disse Buckingham e outros:

O significado de qualquer coisa que dizemos é, essencialmente, sempre **adiado**, porque depende do que acrescentamos – e o significado do que acrescentamos, por sua vez, depende do que acrescentamos, e assim por diante. Por outro lado, o sentido de qualquer termo particular que usamos depende de todas as coisas **diferentes** que não exprimimos (2011, p. 312, grifo nosso).

---

“Eclipse da razão” ele diferencia a “razão cognitiva” da “razão instrumental”. Enquanto aquela busca a verdade, está busca “agir sobre a natureza e transforma-la” (ARANHA; MARTINS, 2009, p. 199).

A conclusão a partir dessas premissas, que também é forte fundamentadora do atual relativismo, é a de que o verdadeiro significado ou sentido não é autossuficiente, tornando-se impossível chegar a um. Ele sempre será adiado e sujeito a ser desconstruído, logo, como ele mesmo declarou em seu livro Gramatologia, “não há nada fora do texto”. Ao dizer isto, Jacques endossou ainda mais a anterior sentença Nietzscheana de que “não há fatos, apenas versões”, principal caracterizador da chamada pós-verdade.

Richard Rorty (sec. XX) foi um pouco mais além e através do pragmatismo<sup>10</sup> levou o relativismo para o campo prático. Ao especular sobre a alma e o “eu” contido nela, ele bebeu da fenomenologia Husserl e argumentou que é impossível conhecer a “informação bruta” – a realidade como ela o é – pois, a partir do momento que a informação chega a mente humana, a partir do experimento (através dos sentidos), seu processamento se dá através do pensamento e da linguagem e estes são construções histórico-sociais, portanto, relativas. Esse pensamento é na verdade uma releitura mais aprofundada e ampliada do *homo mensura* de Protágoras, já citado neste trabalho.

Assim, Rorty afirmou que “a verdade é o que seus contemporâneos deixam você dizer impunemente” (BUCKINGHAM *et al. apud* RORTY, 2011, p. 317). Logo, quando seus contemporâneos mudam, ela também muda. A brevidade da vida e finitude da existência atrapalham o homem a atingir qualquer verdade moral basililar. Diante desta realidade, o ser humano é obrigado a ser prático e usar os recursos que lhe estão disponíveis para lutar: “nossa lealdade aos outros seres humanos, unidos contra a escuridão” (Ibid, p. 319).

## 2.6 A nota tônica do relativismo pós-moderno: “sinto, logo existo”

Todos estes autores tiveram papel importante na cooperação do ressurgimento do relativismo. Não obstante, sem sombra de dúvidas, seu principal mais famoso influenciador é Friedrich Nietzsche (sec. XIX).

Seu contexto histórico traduz bem seu pensamento. Ao participar da guerra da Alemanha contra a França, atuando como enfermeiro de 1870, teve de lidar com as maiores mazelas que a humanidade pode ver. Ademais, outro aspecto importante de se ter em mente é a grande insatisfação da mentalidade europeia com qualquer tipo de dogmatismo ou absolutismo, justamente os alvos da insurgência de Nietzsche, pois foram eles os responsáveis por grande parte do sofrimento europeu, desde tirania dos reinados até a ferrenha perseguição e tortura da Igreja Católica contra todos aqueles que foram contra suas crenças, chamados hereges.

Diante tudo disto, Nietzsche adotou como fonte primária o niilismo<sup>11</sup> passivo de Schopenhauer e declarou, com sua “pena ácida” (REIS, 2011, p.77) que “Deus está morto”. É interessante notar que, ao fazer tal declaração, sua intenção não era somente ir contra Deus (a deidade propriamente dita) ou religião, mas contra a

<sup>10</sup> O pragmatismo, termo criado por Charles Sanders Peirce (sec. XIX), é a abordagem filosófica que foge do campo da metafísica, do “ser” e vai para a prática. A pergunta que realmente importa para os pragmáticos não é se “algo é ou não é verdadeiro” (que para eles é considerada uma discussão inócua, tola), mas “quais são as implicações práticas de aceitar isso como verdadeiro?” (BUCKINGHAM *et al*, 2011, p. 316).

<sup>11</sup> Do latim “nihil”, que significa “nada”, o niilismo afirma não haver propósito maior, finalidade ou razão para a vida, não há resposta para os “por quês”. Aniquila-se todos os conceitos de verdade e valores, e posteriormente, adquire-se uma visão existencial pessimista.

“soma total dos valores morais mais elevados que se pode ter” (BUCKINGHAM *et al.*, 2011, p. 218).

Ele também negou a existência de dois mundos, tão presente nos maiores fundamentos do escopo ocidental: a filosofia de Platão (o mundo real/das ideias e aparente/sentidos), e o Cristianismo (céu e terra). Essa diferenciação entre dois mundos, para Nietzsche, era o maior erro de toda história da filosofia, uma vez que daí vem os absolutos morais que limitam o “querer-viver” humano e a verdadeira felicidade advinda deste. Comentando este raciocínio, o Dr. Rodrigo Silva esclarece: “a moralidade para ele [Nietzsche], é criação humana, imposta pelo ‘Dragão dos valores’, aquele que diz ‘tu deves’ quando o indivíduo diz ‘eu quero’” (2018, p. 319). Portanto, a superação do erro supracitado seria a maior conquista da humanidade, sendo que, neste momento começaria a ser produzido o *ubermensch* ou “super-homem”. Não havendo céu ou nenhum outro mundo ideal cerceador da vontade humana, estes iriam começar a se valorizar e produzir um paraíso aqui e agora nos poucos anos de vida que lhes restam.

Após esta conclusão, ele deixa a postura passiva do niilismo e propõe uma atitude ativa, mais pragmática, atribuindo à verdade um valor existencial e não mais meramente teórico. Em outras palavras: “a vida não tem sentido, então, dê sentido a ela, viva o seu querer”. Assim, Nietzsche assume o dionisíaco<sup>12</sup> dizer “sim” à vida, aos prazeres, como a principal característica do relativismo a ser consumido pela sociedade pós modernista, se tornando o próprio *zeitgeist*<sup>13</sup> atual. O filósofo contemporâneo ateu Michel Onfray (2010, p. 33, 47), seguidor ferrenho de Nietzsche, sistematizou esse *zeitgeist* em seu livro intitulado “A Potência de Existir: manifesto hedonista” (nome bem sugestivo, por sinal). Ele diz:

**Não há valores, ou não há mais valores.** Mais ou menos virtudes. Uma incapacidade de distinguir claramente os contornos éticos e metafísicos. Tudo parece bom e bem, o mal inclusive, tudo pode ser dito belo, até o feio, o real parece menos verdadeiro que o virtual, a ficção substitui a realidade, a história e a memória não fazem mais sucesso em um mundo devoto do instante presente, desconectado com o futuro. [...] **a moral universal, eterna e transcendente cede lugar à ética particular, temporal e imanente.** (grifo nosso).

Não há que se falar em quebra de conceitos absolutos e grande ênfase na existência em detrimento da essência sem citar o existencialismo de Sartre (sec. XX). Até devido a seu ateísmo, ele bate de frente contra a ideia de um ser Criador devido ao fato disto, para ele, acabar com a liberdade humana. Imagine uma panela de cozinhar. Quando seu inventor pensou em cria-la, ele escolheu todos seus fatores da melhor forma a atingir a função já escolhida previamente para ela desempenhar: cozinhar. Portanto, o material utilizado para seu corpo (ferro/barro e não cera), o seu formato (côncavo e não piramidal) juntamente com todo o restante foram optados de modo a satisfazer a finalidade prevista pelo criador e assim, terminada a criação, a panela estará adstrita a essa finalidade. Ela não poderá escolher por si própria fazer outra coisa, ou porque seria impossível (por exemplo, voar), ou porque se tornaria inútil ou ineficaz (por exemplo cavar); uma vez que ela

<sup>12</sup> Dionisíaco vem de Dionísio, deus grego do prazer e das satisfações carnisais, ícone da filosofia hedonista. Adotando esta postura, Nietzsche rompe com os chamados apolíneos, filósofos seguidores de Apolo, deus grego do saber, da razão.

<sup>13</sup> A tradução literal de *zeitgeist* é “espírito do tempo”. É um conceito alemão, introduzido por Johann Gottfried Herder, que significa o conjunto de opiniões, costumes e hábitos que permeiam a mentalidade de um determinado período.

não foi criada para estas ações. Diante disto, Sartre afirma que a criação necessariamente limita a criatura, pois nela a “essência” vem antes da “existência”. A saída para isto e, por conseguinte, para a liberdade, é afirmar que o ser humano não tem criador, ele “existe” antes de “ser”, portanto, é livre para determinar o que quer “ser”. A conclusão de tudo, que também vai corroborar com o relativismo, é que não existe ética *a priori*, o homem tem liberdade de definir o que será o certo ou o errado. Ele diz:

O homem faz-se; ele não está pronto logo de início; ele se constrói escolhendo a sua moral [...] já que eliminamos Deus Nosso Senhor, alguém terá de inventar os valores. Temos que encarar as coisas como elas são. E, aliás, dizer que nós inventamos os valores não significa outra coisa senão que **a vida não tem sentido a priori. Antes de alguém viver, a vida, em si mesma, não é nada; é quem a vive que deve dar-lhe um sentido;** e o valor nada mais é do que esse sentido escolhido. (1970, p. 15 e 17, grifo nosso).

Enfim, gizadas as singelas observações acerca do comportamento relativista desde à sua origem até sua chegada à atualidade, passa-se a analisar seu mérito. Seria este um pensamento plausível, racional e lógico?

### 3 A ILOGICIDADE DO RELATIVISMO

Num primeiro instante, basta um olhar um pouco mais crítico na afirmação de que não existem valores absolutos para chegar-se a conclusão de que ela é bastante incoerente, afinal, a tese de que “tudo é relativo” é, contraditoriamente, uma afirmação absoluta!

Diante disto surge um problema pois, o princípio racional da não contradição, proposto por Parmênides e basilar da filosofia, enunciava que “A é A e é impossível que, ao mesmo tempo e na mesma relação, seja não-A”, isto é, duas afirmações contraditórias não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo e caso isto ocorra, a afirmação carecerá de sustentabilidade lógica e será uma falácia ou, utilizando-se de um português mais claro: uma mentira. Cumpre lembrar que esse princípio é largamente utilizado por juízes e advogados, na inquirição de testemunhas ou depoimentos pessoais (visto com ainda mais clareza na seara penal), na tentativa de achar contradições em seus discursos e averiguar se o que estão dizendo é verdade ou estão mentindo perante a autoridade.

Traduzindo essas informações em forma de premissas e construindo um simples silogismo aristotélico seria:

1. Ao afirmar que não há uma verdade absoluta, o pós-modernismo faz, paradoxalmente, uma afirmação absoluta.
2. Nenhum sistema filosófico pode ser sustentável se possui contradição interna.
3. Logo, o pós-modernismo não é sustentável. (REIS, 2011).

Assim, prova-se logicamente que o relativismo é autodestrutivo. Fazendo um paralelo, é como se alguém dissesse “a regra é que não há regras” e logo depois outro perguntasse “seria isto uma regra?” (SILVA, 2018).

Outra conclusão que se pode aferir do silogismo supra apresentado é a impossibilidade de se romper com uma verdade prévia sem, automaticamente, inaugurar uma nova verdade. A dialética de Hegel (sec. XVIII) já enunciava tal

conclusão. A partir do momento em que uma tese (verdade) é confrontada por uma antítese (não verdade), há necessariamente o surgimento de uma síntese (nova verdade). Quando esta síntese (ou nova verdade) é a própria negação da existência da verdade, o sistema dialético entra em colapso, se autocontradiz e não pode subsistir.

Volta-se ao exemplo de Derrida, se for admitido sua tese central de que “não há nada fora do texto”, têm-se de admitir que ela também “não está fora do texto”, que por sua vez, também “não está fora do texto” e assim *ad eternum*. Com Nietzsche também não é diferente, ele declarou que Deus estava morto, porém, contraditoriamente produziu o “super-homem”. Não seria este último também um deus pertencente ao mesmo panteão já assassinado pelo mesmo deicida? O próprio conceito de pós-verdade derivado da sua sentença de que “não há fatos, apenas versões”, é uma nova verdade e diante dela pergunta-se: é um fato ou uma versão? Verdades só podem ser substituídas por novas verdades e quando alguém afirma que não há verdade ele se autorrefuta.

Comentando esse processo pós-moderno de jogar por terra uma verdade para inaugurar uma nova, Bauman foi além e escreveu:

Lembremos, no entanto, que tudo isso seria feito não para acabar de uma vez por todas com os **sólidos [as verdades]** e construir um admirável mundo novo livre deles para sempre, mas para limpar a área para novos e **aperfeiçoados sólidos [novas e aperfeiçoadas verdades]**; para substituir o conjunto herdado de sólidos deficientes e defeituosos por outro conjunto, aperfeiçoado e preferivelmente perfeito (BAUMAN, 2001, p. 10, grifo nosso).

Como visto, a contradição é presente em todos os filósofos relativistas, inclusive em seu criador Protágoras. O eminente filósofo cristão S. Tomás de Aquino (sec. XIII d.C) descreveu bem essa incoerência ao critica-lo. Veja-se:

Com efeito, dissera Protágoras que todas as coisas que parecem verdadeiras a alguém são todas verdadeiras. E se, essa posição é verdadeira, segue-se que é necessária que a primeira posição seja verdadeira, a saber, que a afirmação e a negação sejam simultaneamente verdadeiras. E, por consequência, que todas as coisas sejam simultaneamente verdadeiras e falsas, por essa posição se segue o que foi mostrado acima [...] Com efeito, muitos homens tiveram opiniões contrária entre si, e consideraram que aqueles que não opinaram o mesmo mentiam e o inverso. **Portanto, se qualquer coisa que pareça a alguém for verdadeira, segue-se que cada um está mentindo e diz o verdadeiro, que o mesmo “é” e “não é”**. E, assim, para a opinião de Protágoras se segue que a contradição se verifica simultaneamente. (AQUINO, 2016, p. 9,10, grifo nosso).

Deste modo, em última instância, um radical defensor do relativismo estaria impossibilitado até de ter uma conversa cotidiana: se tudo o que ele e seu ouvinte diz é verdadeiro, a contradição seria algo existente e, por conseguinte, qualquer tipo de diálogo está fadado ao fracasso, à autodestruição. Um verdadeiro caos seria instaurado em qualquer área, principalmente na científica.

Sob o prisma desse caos, inerente ao relativismo, faz-se necessário citar o posicionamento de Michel de Montaigne (Sec. XVI). Como renascentista que era, voltou à filosofia clássica greco-romana e, ao se deparar com um emaranhado de pensamentos conflitantes entre si, Montaigne ficou insatisfeito tornou-se altamente

cético. Veja-se o que escreveu o Prof. Jaimir Conte, ao tecer suas observações acerca do ceticismo de Montaigne:

Ele [Montaigne] mostra que em todo campo de investigação intelectual os filósofos são incapazes de chegar a alguma conclusão definitiva. **Analisando várias teorias sustentadas pelos filósofos, nota que essas doutrinas e esses sistemas se entrecrocavam numa incrível confusão. Ele estende, assim, sua dúvida sobre a própria seriedade das teorias filosóficas** [...] quando se faz um balanço dos resultados de todos os esforços dos filósofos, percebe-se que pouco alcançaram [...] Ela [a filosofia] é o mais sublime esforço da ciência humana, **mas apenas produz um conflito de opiniões igualmente incertas.** (CONTE, 2008, p. 36-37, grifo nosso).

Mesmo que Montaigne tenha chegado a esta conclusão a séculos atrás, ela ainda é assustadoramente atual. O relativismo pós-moderno inaugurou, como nunca visto antes, a era das incertezas. Ora, onde há várias verdades necessariamente não se pode haver alguma verdade. Tudo será “apenas um conflito de opiniões igualmente incertas”.

### **3 ANÁLISE DA CONCLUSÃO DE DOSTOIÉVSKI “SE DEUS NÃO EXISTE, TUDO É PERMITIDO”**

A autorrefutabilidade da tese relativista, descrita no tópico anterior, não é seu único e, nem de longe, o seu pior problema. Intimamente conectada a ela encontra-se a conclusão chegada por Dostoiévski – objeto principal deste estudo – no romance “Os Irmãos Karamázov” de 1879. Ressalta-se que, por questão de temática, não será analisada a obra por completo, apenas o fragmento que vai de encontro com a temática tratada.

Antes de tratar do conteúdo da obra, faz-se necessário examinar seu autor. Dostoiévski foi um pensador que viveu na Rússia no final de seu período czarista<sup>14</sup>, mais precisamente sob o governo de Nicolau I, o mais ditador dos czares. Seus anos foram marcados por bastante opressão, pobreza e fome, sendo estes os motivos que levaram a Revolução socialista de 1917. Todo esse sofrimento experimentado pela população russa foi um solo fértil para proliferação dos ideais vindos da Alemanha, profundamente materialistas e secularizados, ligados principalmente a nova filosofia niilista. Diante da introdução destas novas visões e em contraponto com a fraqueza intelectual russa (grandemente oprimida pela tirania dos czares), Dostoiévski encontra “no lápis” o modo pelo qual ele denunciará os dramas que a mente humana estava sofrendo. Disse ele “O homem é um enigma. Esse enigma tem de ser decifrado, e se você levar a vida inteira para fazê-lo, não diga que desperdiçou seu tempo; eu me ocupo desse enigma porque quero ser um homem” (*apud* FRANK, 1999, p. 131)

Outro fator importante de ser citado para se interpretar suas obras é sua autoidentificação como cristão até o final da vida, por mais que bastante partidário e crítico das instituições religiosas (e não é por menos).

Contextualizado o autor, passa-se a interpretação do fragmento de sua obra que interessa a este estudo. Em uma de suas conclusões, o personagem Ivan

---

<sup>14</sup> Forma de governo, bastante parecido com o absolutismo, que imperou na Rússia no período dentre 1547 a 1917. Seus líderes tinham o título de “Czar”.

Fiodorovitch Karamazov, jovem intelectual criado por uma família bastante conturbada em uma cidade pequena russa, publica em uma revista:

Ele [Ivan Fiodorovitch Karamazov] declarou em tom solene que em toda a face da terra não existe absolutamente nada que obrigue os homens a amarem seus semelhantes, que essa lei da natureza, que reza que o homem ame a humanidade, não existe em absoluto e que, se até hoje existiu o amor na Terra, este não se deveu a lei natural, mas tão-só ao fato de que os homens acreditavam na própria imortalidade. Ivan Fiodorovitch acrescentou, entre parênteses, que é nisso que consiste toda a lei natural, de sorte que, destruindo-se nos homens a fé em sua imortalidade, neles se exaure de imediato não só o amor como também toda e qualquer força para que continue a vida no mundo. E mais: então não haverá mais nada amoral, **tudo será permitido**, até a antropofagia. Mas isso ainda é pouco, ele concluiu afirmando que, para cada indivíduo particular, por exemplo, como nós aqui, que não acredita em Deus nem na própria imortalidade, a lei moral da natureza deve ser imediatamente convertida no oposto total da lei religiosa anterior, e que o egoísmo, chegando até ao crime, não só deve ser permitido ao homem, mas até mesmo reconhecido como a saída indispensável, a mais racional e quase a mais nobre para a situação. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 109, grifo nosso).

Desta fala surgiu a paráfrase: “se Deus não existe, tudo é permitido”, motivadora mor desta monografia. Mas, por que?

Dostoiévski compreendia o homem como um ser “contraditório, controverso e sem condições de estabelecer [em si] qualquer síntese” (GOLIN, 2009, p. 72). Ele é inacabado. Isto é devido ao que Bakhtin chamará de polifonia - vários (poli) ruídos (fonia). Em outras palavras, o ser humano é um incessante ruído de vozes, cada uma dizendo algo diferente, sendo impossível que se chegue, por si mesmo, a alguma síntese, há algo objetivo.

A conjectura de Ivan, vem neste contexto e gira em torno do seguinte pensamento: como o homem é inacabado, se não há um padrão absoluto, eterno e imutável, crivo pelo qual as condutas humanas deverão passar para saber se estas estão “certas” ou “erradas”, qualquer conduta pode ser chancelada, “tudo é permitido”. Qualquer obrigatoriedade moral para o homem seguir “esta” ou “aquela regra”, simplesmente desaparece. Tudo não passará de meras convenções, moldadas apenas pelos contextos históricos-sociais de cada período da história. Não havendo, portanto, razões inquestionáveis para se afirmar o contrário.

Ariano Suassuna, brilhante escritor nordestino, ao se deparar com esta conclusão afirmou: “Descobri, na mesma hora, que as normas morais ou tinham um fundamento divino, **absoluto**, ou não tinham qualquer validade, porque ficariam dependendo das opiniões e paixões de cada um” (SUASSUNA, 1999, grifo nosso).

Esta problemática do não haver um padrão objetivo que discerne o bem do mal vai muito além. Pense bem, quando lhe é perguntado qual moralidade é preferível, a de Madre Tereza de Calcutá ou a de Josef Stalin, o que você responderia? Ninguém (em condições normais) diria que é melhor assassinar milhões de pessoas em campos de concentrações na Sibéria do que largar tudo e dedicar a vida para cuidar de todos aqueles que precisam, amando ao próximo, certo? Todavia, para fazer este julgamento, mesmo que inconscientemente, o leitor teve de recorrer a um padrão moral, uma verdade, e raciocinar qual indivíduo estaria mais próximo desta verdade, que no caso, com certeza era a Madre Tereza. Se este padrão simplesmente não existe, as duas moralidades não têm como ser comparadas com nada, logo, não pode haver uma melhor que a outra. Por exemplo,

o motivo pelo qual a sua ideia e a ideia de outra pessoa sobre “o que é uma panela de pressão” é mais verdadeira ou mais falsa, é o fato da panela de pressão ser real e existir objetivamente, independentemente do que você ou a outra pessoa pensa sobre, e assim, ela serve de base para julgamento de qual noção é a mais correta. Mas, se não existisse uma panela de pressão real, como se verificaria qual noção seria a mais correta? Não haveria como comparar as noções e ambas poderiam estar certas. Se ninguém jamais viu uma linha reta, não pode concluir que todas as linhas estão tortas. Assim ocorre também com a moralidade: se não existe a moralidade real, objetiva, não há como saber qual é a correta. Volta-se a conclusão de Ivan: “tudo é permitido”.

Dostoiévski, de forma espetacular, materializou a conjectura acima num drama estonteante. No mesmo romance ele trouxe à tona o assassinio do pai de Ivan pelo seu próprio irmão bastardo Smerdiakov. Este, ao ser visitado na cadeia por Ivan e ter uma conversa franca, revelou que a escolha de cometer o parricídio foi motivada após a leitura da própria conclusão de seu irmão acerca da total liberdade diante da inexistência de Deus. Basicamente, ele argumentou que se não há um Deus Absoluto, Eterno e Imutável, também não há nada no universo que possa declarar definitivamente ser o assassino de seu próprio pai um “monstro”.

Comentando acerca deste prisma, o Dr. Rodrigo Silva faz a seguinte pergunta:

Considerando que Deus não exista, para dizer que tal coisa não convém, que argumento moral podemos usar para sentenciar a cadeia um ladrão, um estuprador ou um assassino? [...] Quem afinal de contas determinou que tal e tal coisa constituem crime e merecem castigo<sup>15</sup>? (SILVA, 2018, p. 319).

O dilema supracitado foi o também sofrido por Foucault. Como já dito, ele defendia que o saber e a moral foram erguidos pelos poderosos. Num determinado dia, foi convocado para participar de um estudo acerca do sistema penitenciário francês e se viu pego na contradição relativista: ele advogava a total liberdade quanto à sexualidade e aduzia que ela não devia ser objeto de legislação ou controle, mas como punir os estupradores? Diante disto, disse ele em uma entrevista:

Por um lado, será que a sexualidade pode ser submetida, na realidade, à legislação? De fato, será que tudo o que diz respeito à sexualidade não deveria ser posto fora da legislação? Mas, por outro lado, o que fazer com o estupro, se nenhum elemento concernente à sexualidade figura na lei? Eis a questão que eu formei. [...] nesse domínio havia um problema que se deveria discutir, e para o qual eu não tinha solução. (*apud* MOTTA, 2010, p. 340,341).

Bem, supõe-se que realmente Deus está morto e com ele todos os valores absolutos, eterno e imutáveis, a pergunta que se faz é a seguinte: há, em algum lugar, um padrão indubitável para prosseguir-se instituindo crimes e condenando pessoas por eles? Variadas podem ser as respostas para esta pergunta.

### 3.1 A natureza como norteador moral?

---

<sup>15</sup> Dostoiévski tratará deste emblemático problema em sua obra “Crime e Castigo”, bastante famosa e aclamada especialmente pela doutrina penal.

Os naturalistas e evolucionistas logo admitirão que a natureza é a grande legisladora moral. Porém, nessa resposta, automaticamente, tem-se que admitir também que incesto, utilização da força bruta para domínio, canibalismo etc. são práticas morais, uma vez que todas elas são encontradas em grande escala na natureza. Outrossim, a própria teoria evolucionista darwiniana, quase um dogma no meio científico, pressupõe a sobrevivência do mais forte em detrimento do mais fraco como a mola propulsora da seleção natural e, por conseguinte, da evolução. O próprio Charles Darwin, em seu livro menos conhecido “A Descendência do Homem”, chegou à seguinte conclusão:

Entre os selvagens, os mais fracos física ou mentalmente são logo eliminados; e aqueles que sobrevivem geralmente são portadores de um estado vigoroso de saúde. [...] **Nós homens civilizados, por outro lado, fazemos o máximo que podemos para reprimir esse processo de eliminação; construímos asilos para os imbecis, os mutilados e os doentes; instituímos leis para beneficiar os pobres; e nossos médicos gastam suas habilidades mais extremas para salvar a vida de qualquer um, até o último instante.** [...] E eis que os membros mais fracos de uma civilização propagaram suas crias. [...] **Raramente um homem é tão ignorante ao ponto de permitir que seus piores animais se reproduzam.** (apud BORGES, 2017, grifo nosso).

O que o biólogo quis dizer é que o altruísmo, sempre tido como algo extremamente moral, é um verdadeiro “tiro no pé” da humanidade e o egoísmo é louvável, pois procurando sempre o melhor para si o indivíduo terá mais chances de viver, se reproduzir e assim, manter sua espécie viva. Quanto mais evoluído o homem for, mais ele quererá que seus competidores inferiores – idosos, portadores de doenças mentais e, nas palavras do próprio Charles, os “imbecis” – morram sem perpetuar seus genes. Indo além, ele também chegou a profetizar que “num período futuro, não muito distante se formos medir em séculos, **as raças humanas civilizadas irão, com quase certeza, exterminar e substituir, ao redor do mundo, as raças mais selvagens**” (*Ibid*). Essas palavras acabaram por influenciar a ética eugênica<sup>16</sup> de Hitler, que por sinal, no quesito moralidade, é um nome odiado pela humanidade.

Infelizmente, não somente o *Führer* alemão foi persuadido pelo livro de Darwin. Outro exemplo é do Doutor em biologia Randy Thornhill que, juntamente com o antropologista Craig Palmer, escreveram o livro “A História Natural do Estupro: bases biológicas da coerção sexual<sup>17</sup>” (2001, trad. nossa), publicado pelo renomado Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT). Sua conclusão, no mínimo chocante, é a de que o estupro pode ser explicado biologicamente: trata-se de um mecanismo de sobrevivência que influi do inconsciente biológico do macho quando este não consegue uma fêmea para reprodução. Uma das suas bases argumentativas é de que o estupro é encontrado não somente no meio humano, mas também em várias espécies, inclusive insetos, como as moscas-escorpião estudadas por ele. Se esta conclusão for sinceramente adotada e a natureza for elevada à padrão moral, então punir um esturpador é tão injusto como punir alguém por beber água, pois ambas são necessidades biológicas para evolução e como

<sup>16</sup> De significado “bem nascido”, é um termo criado por Francis Galton para designar a autodireção da evolução humana, selecionando os melhores genes para se reproduzir. Na eugenia nazista, foi determinada que a raça ariana era a mais evoluída e somente ela deveria reproduzir.

<sup>17</sup> “A Natural History of Rape: Biological Bases of Sexual Coercion”.

disse o ateu Richard Dawkins: “DNA não se importa e nem sabe. DNA somente é. E nós dançamos conforme sua música” (1995, p. 133, trad. nossa)<sup>18</sup>.

### 3.2 O Estado como norteador moral?

Caída a natureza, outro possível candidato para fonte de moral, desta vez sinalizada pelos sociólogos positivistas, é o Estado. O sec. XX fulminou essa esperança. As grandes guerras, o holocausto, o nazismo, o socialismo de Lênin – todas estas mazelas humanitárias foram em grande parte não somente legitimadas, como também incentivadas pelo Estado.

Ademais, a própria diferença cultural entre os povos inviabiliza a assertiva positivista. Apedrejar uma mulher adúltera é totalmente reprovável no ocidente, mas no oriente não. Outro exemplo é o caso dos Tapirapés, citado pelo Dr. Rodrigo Silva (2018, p. 320):

Segundo os valores morais daquele grupo, a mulher em idade fértil tem de se relacionar com vários homens a fim de se engravidar. Assim, todos são pais da criança, pois acredita-se que seus espermatozoides se misturam. Com isso, pensam estar evitando divisões familiares que enfraqueceriam a sobrevivência tribal. Ali todos seriam de uma mesma família. Os tapirapés também acreditam que quanto mais homens contribuírem sexualmente [...] mais forte será a criança que nascer dela. Contudo, eles têm um limite de três filhos por mulher. A partir do quarto a criança é morta assim que nasce.

Há algo interessante e irônico a ser analisado na afirmativa de que o Estado perfeito poderia ser norteador moral. O contratualismo<sup>19</sup> Hobbesiano já afirmou que “o homem é lobo do homem” em seu estado natural. Para que isto não ocorra e haja incessante guerra das vontades de um contra as vontades do outro (ou seja, “tudo não seja permitido”), surge a necessidade de um pacto/contrato de todos com todos, no qual os homens abdicam de sua liberdade total, para sua própria proteção. Deste contrato surge o Estado, único “ser” legítimo para legislar, julgar e aplicar a força em prol do coletivo.

Isso é mais do que consentimento ou concórdia, pois resume-se numa verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens [...] Esta é a geração daquele enorme Leviatã, ou antes – com toda reverência – **daquele deus mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa** [...] **É nele que consiste a essência do Estado, que pode ser assim definida: ‘Uma grande multidão institui a uma pessoa, mediante pactos recíprocos uns aos outros, para em nome de cada um como autora, poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum’.** O soberano é aquele que representa essa pessoa. (HOBBS, 2003, p.130-131, grifo nosso).

Então, diante deste prisma, o que é o Estado senão uma imitação de Deus: um “ser” objetivo e transcendente ao humano, e que devido a esta característica, pode dizer o que é certo ou errado, através de suas leis? Percebe-se que a própria

<sup>18</sup> “DNA neither cares nor knows. DNA just is. And we dance to its music.”

<sup>19</sup> Escola de pensamento destinado ao estudo da teoria política. Seu nome advém do contrato, feito entre os homens e que culminou no surgimento do estado e sociedades civis. Dentre os contratualistas se destacam Thomas Hobbes, John Locke e Rousseau.

criação do ente estatal é uma prova de que o homem necessita de algo superior a ele mesmo para lhe indicar o dever-ser e então, habilitar vários indivíduos que pensam de forma diferente a viver em harmonia. A humanidade, em sua altivez e egocentrismo, sempre tenta quebrar com tudo que lhe é maior, porém ao fazê-lo, fica desnordeado. Sem ter como agir, ele volta atrás e é obrigado novamente a criar algo maior que ele para o governar.

### 3.3 A razão como norteador moral?

A razão como grande diretriz moral foi deixada por último porque, na verdade, ela tem sido o único instrumento utilizado por todos; tanto pelos positivistas, ao escolherem o Estado, quanto pelos naturalistas ao optarem pela natureza, ou qualquer outra tentativa que se fizer. Qualquer ser humano terá necessariamente (e unicamente) de usar sua mente, através do raciocínio indutivo ou dedutivo, para responder a pergunta formulada no final do tópico. Desta forma, se a razão<sup>20</sup> não se demonstrar fonte confiável para indicar o certo e o errado ao homem, cairão também qualquer resposta que ela, por si só, tentar dar. Seria ela confiável para tal tarefa?

Desde já, adianta-se que a resposta é negativa e será obtida através de dois passos: primeiro ver-se-á na teoria erguendo-se um silogismo com duas premissas (uma no tópico 3.3.1.1 e outra em 3.3.1.2) e seguinte conclusão (tópico 3.3.1.3); para após perscrutar a prática, através da história (tópico 3.3.2).

#### 3.3.1 Teoricamente

##### 3.3.1.1 Primeira premissa

Immanuel Kant, considerado maior filósofo da modernidade, foi um dos responsáveis em colocar a razão no seu devido lugar ao sistematizar seus limites, no livro “Crítica da Razão Pura”. Primeiro, ele afirmou a tese dos empiristas de que todo o conhecimento, pensamentos e raciocínios humanos são oriundos dos cinco sentidos. Isso é uma clara verdade, e uma simples prova é o leitor tentar imaginar ou pensar uma cor nova. Por mais tempo que passe tentando, ele verá que é impossível, pois essa cor jamais passou pela sua visão. Partindo dessa premissa o raciocínio kantiano é: se a única forma do homem conhecer a realidade é através da experimentação ou percepção de seus cinco sentidos, como ele pode ter a certeza de que a realidade experimentada (*fenômeno*) é a realidade em si (*númeno*)? Dinesh D’Souza (2008, p. 198) citou um exemplo muito elucidativo:

Considere um gravador. Um gravador, sendo o tipo de instrumento que é, pode captar apenas um modo ou aspecto da realidade: o som. Os gravadores, nesse sentido, podem “ouvir”, mas não podem ver, nem tocar, nem cheirar. Portanto, todos os aspectos da realidade que não podem ser captados pelo som estão fora do alcance de um gravador. Kant afirma que o mesmo se aplica aos seres humanos. Podemos apreender a realidade somente por meio de nossos cinco sentidos. Se um gravador apreende a realidade por um único modo, os seres humanos podem perceber a realidade por meio de cinco modos diferentes: visão, audição, olfato, paladar e tato. Não há outra forma pela qual experimentamos a realidade. [...] **Nossos sentidos impõem limites inquestionáveis à realidade que está à nossa disposição.**

<sup>20</sup> Aqui será utilizado o conceito *lato* de razão, apenas como capacidade de raciocinar, compreender, ponderar. Inteligência.

Expandindo o exemplo dado, se o gravador fosse um ser racional e alguém o perguntasse o que ele pensa acerca da realidade ao seu redor, ele raciocinaria que só existe o som e ainda duvidaria se alguém o contasse que também existem cheiros, sabores, cores etc. O miserável aparelho está fadado ao fracasso de tentar conjecturar algo além das ondas sonoras, afinal, esse é o único fato experimentado por seu singular sentido. O mesmo ocorre com os humanos, seus sentidos são as cinco bordas limitativas de sua realidade racional.

Deve-se ponderar que não se trata de, agora, começar a duvidar da realidade, caindo no ceticismo cego ou teorias da conspiração do estilo Matrix. A razão continua sendo útil para os mais diversos fins. O que Kant fez foi demonstrar que, ao contrário de seu “endeusamento” pelos racionalistas, ela tem sim limites. Apesar de não parece, esse reconhecimento é extremamente benéfico, pois o melhor caminho para que o homem não seja limitado pela razão é reconhecer que ela é limitada – bonito paradoxo. Se isto não for reconhecido, ela “tende a ultrapassar os limites da experiência, fazendo afirmações baseadas apenas em conceitos, por si mesmos, **insuficientes para qualquer declaração objetiva**” (SILVA, 2018, p. 98, grifo nosso).

Estabelecida essa primeira premissa de que há limites para a razão, passa-se a erguer a segunda premissa, de que a moralidade se encontra fora destes marcos.

### **3.3.1.2 Segunda premissa - a guilhotina de Hume**

No campo da metaética, David Hume<sup>21</sup> (sec. XIII), foi quem desqualificou os elementos experimentáveis pelos sentidos como ideal moral de conduta. Como ferrenho empirista, também acreditava que todo o conhecimento humano é fruto de suas experiências com os objetos do mundo lá fora, através dos sentidos. Porém, quando a moral entra em cena, a equação passa a não fazer mais sentido e isto o levou a formular sua lei, denominada Guilhotina de Hume.

Tendo a experimentação como base da produção de conhecimento deve-se ter em mente que ela será baseada nos fatos que se observam e estes situam-se no reino da existência, do “ser” (ontologia, mais precisamente na existência). Quando Isaac Newton observou objetos caindo e a partir desta experiência sensitiva começou a estudar o porquê disto, ele apenas constatou um “fato” que na verdade já “era”, a saber, a lei da gravidade. Se um determinado corpo for deixado perto do planeta Terra ele necessariamente será atraído por esta e ponto final, esta é a realidade. Ninguém em sã consciência fará algum juízo de valor acerca dela dizendo: “a lei da gravidade é mal”, por que? Porque ela “é” o que “é” e “não deveria-ser” de outro jeito.

Aqui usou-se um exemplo da ciência exata, todavia o mesmo vale para as ciências humanas, pois ambas são empíricas e baseadas na observação e experimentação, o que difere uma da outra são os métodos e os níveis de exatidão. Durkheim (sec. XIX), pai da sociologia, começou a estudar o comportamento de vários grupos sociais e, através de experimentos, suposições, lógica, estatísticas etc., chegou às suas várias conclusões sociológicas. Neste processo, ele apenas constatou, sistematizou e descreveu fatos, que também se situam no campo do “ser”. Não houve invenção ou criação de alguma lei, mas a revelação de um fato que “era”, ou seja, anterior e já existente.

---

<sup>21</sup> Por sinal, foi este filósofo um dos principais influenciadores de Kant e responsável por despertá-lo de seu “sono dogmático” racionalista (D’SOUZA, 2008, p.198).

Quando se fala de moral o rumo muda completamente. Ela está no reino da idealidade, do “dever-ser” (deontologia). Há uma diferença muito grande entre um e outro:

Reino do “Ser” (ontologia)	Reino do “Dever-ser” (deontologia)
Fatos	Valores/Normas
Real	Ideal
Descritivo	Prescritivo
Verdadeiro ou Falso	Bom ou Mal

A partir desta diferenciação, Hume chegou a uma conclusão inevitável: é impossível deduzir o “dever ser” pelo que simplesmente “é”. Em suas palavras:

Em todo sistema de moral que até hoje encontrei, sempre notei que o autor segue durante algum tempo o modo comum de raciocinar, estabelecendo a existência de Deus, ou fazendo observações a respeito dos assuntos humanos, quando, de repente, surpreendo-me ao ver que, em vez das cópulas proposicionais usuais, como é e não é, não encontro uma só proposição que não esteja conectada a outra por um deve ou não deve. Essa mudança é imperceptível, porém da maior importância. Pois como esse deve ou não deve expressa uma nova relação ou afirmação, esta precisaria ser notada e explicada; ao mesmo tempo, seria preciso que se desse uma razão para algo que parece totalmente inconcebível, ou seja, como essa nova relação pode ser deduzida de outras inteiramente diferentes. (HUME, 2000. p. 509).

Expressa em silogismo, a matéria fica mais cristalina. O estudo dos fatos, como já dito, apenas descreverá realidades e estas, em forma de premissas, sempre estarão no modo indicativo. O estudo dos valores prescreverá normas que, por sua vez, estão no modo imperativo. Não obstante, é impossível chegar-se a conclusões imperativas de premissas indicativas. Veja-se exemplo do britânico C. S. Lewis que, fazendo valer seu papel de crítico literário, analisou de forma ilustre o brocardo do poeta romano Horácio (sec. I a.C.) “*Dulce et decorum est pro patria mori*” (é doce e adequado morrer pela própria pátria).

De proposições retiradas somente de fatos não é jamais possível tirar nenhuma conclusão prática. A enunciação “a preservação da sociedade depende disso” não pode levar ao imperativo faça isso, exceto se for mediada por outra enunciação, qual seja: “a sociedade deve ser preservada”. Da mesma forma, “isso irá custar a sua vida” não pode levar diretamente a “não faça isso”: somente pelo intermédio de um desejo ou por um reconhecido dever de autopreservação. **O Inovador tenta chegar a uma conclusão de teor imperativo a partir de uma premissa de teor indicativo, e, mesmo que siga tentando por toda a eternidade, não vai conseguir, pois seria impossível.** (2005, p. 29,30, grifo nosso).

Como se pode ver, duas premissas factuais só resultam em uma conclusão também factual. Exemplo:

Premissa maior: Todas as cidades da Inglaterra são lindas. (Fato)

Premissa menor: Londres é uma cidade inglesa. (Fato)

Conclusão: Londres é uma cidade linda. (Fato)

Para se chegar a uma conclusão prescritiva, ou seja, uma norma, necessariamente há de se ter pelo menos uma premissa no modo imperativo. Exemplo:

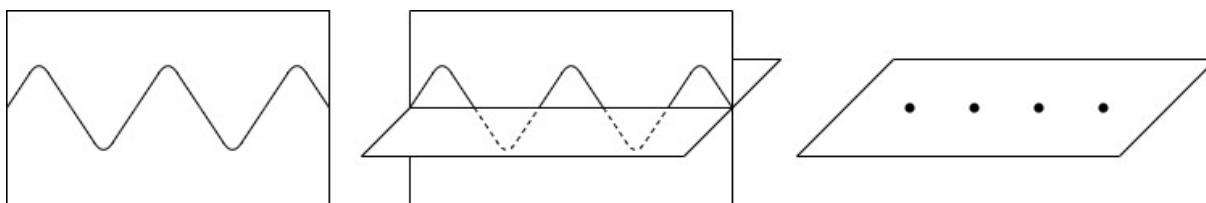
Premissa maior: Todas as cidades da Inglaterra devem ter policiais. (Norma)

Premissa menor: Londres é uma cidade inglesa. (Fato)

Conclusão: Londres deve ter policiais. (Norma)

Jerry Fodor, especialista em filosofia da ciência corroborou de uma forma bem resumida, mas com brilhantismo: “A ciência é acerca dos fatos, não normas; ela pode nos contar como nós somos, mas ela não pode nos contar o que está errado em como nós somos” (*apud* SILVA. 2018. p. 215). Richard Dawkins também concorda: “**A ciência não tem métodos para decidir o que é ético** [...] ciência não pode dizer se o aborto é errado.” (*apud* COPAN, 2012, trad. e grifo nosso)<sup>22</sup>.

O conceito apresentado é semelhante à lógica que ocorre do seguinte exemplo do físico John Polkinghorne citado por Dinesh (2008, p. 189): imagina-se que Tomé coloca seu bule de água para ferver no fogão. Se você perguntar para um cientista: “por que aquela água está fervendo?”, através da observação e estudo dos fatos (do “ser”), ele responderá: “ela está fervendo porque a temperatura imbuída no bule é superior à 100 graus celsius e esta é o limite no qual a entropia da água no estado líquido faz com que ela passe para o estado gasoso”. Porém, se essa mesma pergunta for feita para Tomé, ele responderá “A água está fervendo porque eu quero tomar um chá”. O cientista, com toda sua razão advinda do exame do bule no fogão e estudo das leis físicas, jamais poderia chegar à resposta dada por Tomé, pois elas atuam em planos diferentes – uma está no plano da observação (“ser”) e outra no plano da teleologia (análoga ao “dever-ser”, estudado aqui). Rejeitar a resposta de Tomé afirmando-se que ela não é empírica, verificável e que, portanto, carece de verdade, é ignorância. Não se trata de realizar algum juízo valorativo indicando qual resposta seria a mais correta, mas de reconhecer os limites do campo em que cada um atua.



A imagem anterior, tirada do livro “A Presença Ignorada de Deus” de Viktor Frankl (2007, p. 107) ilustra bem o parágrafo anterior. O plano horizontal é do “ser” e o vertical do “dever-ser”. Olhando para o plano horizontal, que é um recorte do vertical, vê-se apenas quatro pontos distantes e desconexos entre si e nada mais. Vivendo neste plano e apenas pela observação deste é impossível conjecturar a realidade teleológica do dever-ser que, no plano vertical, liga esses pontos através das curvas assinaladas, dando sentido à este.

Volta-se à célebre frase de Sartre, já citado neste estudo: “**a vida não tem sentido a priori. Antes de alguém viver, a vida, em si mesma, não é nada; é quem a vive que deve dar-lhe um sentido**; e o valor nada mais é do que esse sentido escolhido” (1970, p. 15 e 17, grifo nosso). Agora, ao analisa-la com olhar mais crítico, percebe-se que o filósofo é, fatalmente, “decepado” pela guilhotina de

<sup>22</sup> Science has no methods for deciding what is ethical [...] Science cannot tell you whether abortion is wrong.

Hume. Se o homem existe antes de ser, logo, tudo que ele conhece necessariamente deve vir depois de sua existência. Pergunta-se, então: como o homem encontra uma norma se desde a primeira existência do primeiro homem que já pisou no universo ele apenas observou fatos? Ou a norma é pré-existente ou a conclusão de Dostoiévski continua sendo necessária: não existe o dever-ser e “tudo é permitido”. O homem é apenas um fato, existindo como fato e correndo atrás de fatos. Toda regra moral é uma invenção não perene e sujeita à vontade de cada um, individualmente ou em sociedade.

### **3.3.1.3 Conclusão**

Partindo das premissas anteriores é possível formar um silogismo tão claro que dispensa maiores explicações:

Primeira premissa: O próprio exercício da razão revela que esta tem limites e que é impossível transpô-los através da razão.

Segunda premissa: A lei de Hume prova que o “dever-ser” (regras morais) se encontra fora dos limites da observação e da razão.

Conclusão: É impossível para a razão conhecer e/ou determinar as regras morais.

### **3.3.2 Pragmaticamente**

Caída a razão como agente orientadora de valores absolutos na teoria, resta ainda demonstrar sua completa falibilidade na prática e ninguém faz isso melhor que a experiência histórica. A pergunta a ser respondida é: a razão conseguiu melhorar o ser humano moralmente? Ao voltar os olhos para o passado, vê-se exemplos de que quanto mais racionalista ou educada uma sociedade foi, melhor era sua conduta moral? Novamente, a resposta é não, e desta vez, nem são necessárias maiores pesquisas para fins de comprovação. No tópico 1 deste trabalho já foi visto exemplos de como alguns pensadores expuseram várias facetas cruéis da razão “iluminada” tão exaltada pelos modernos que, em muitos casos, de “luz” mesmo, tem apenas no nome.

Não há de se negar que “existe a razão do bandido e também a do mocinho” (SILVA, 2018). Olhe para o nazismo. Foi a razão de Hitler que, tendo como um de seus fundamentos os pressupostos científicos do evolucionismo, perseguiu seu ideal de purificação da raça humana, determinou que todas as raças inferiores deveriam ser extirpadas, e assim, aproximadamente seis milhões de judeus foram mortos no holocausto. Aliás, diga-se de passagem, o ditador alemão era um grande admirador da filosofia – “razão” – Nietzscheana, sua visão de aperfeiçoamento humano foi extraída do conceito de “super-homem”. Também é importante lembrar que a cúpula nazista não era formada por assassinos frios, açougueiros “sem educação”, ou “razão”, como se pensa. O historiador Christian Ingrao quebrou esse senso comum, em seu livro: “Crer e Destruir: Os intelectuais na máquina de guerra da SS nazista” (2015), ao descrever 80 comandantes de Hitler que também eram grandes intelectuais alemães, formados nas melhores universidades de sua pátria. São os “Assassinos da SS com doutorado”, título dado pelo jornal El País (2017). Sem contar que a Alemanha é um dos grandes berços filosóficos e culturais da humanidade. Grande parte dos pensadores citados aqui vieram de lá - Hegel, Kant, Nietzsche, Marx etc.

A razão não pode nortear e nem moralizar ninguém, pois, como provado anteriormente, ela não atua nesse plano. Qualquer tentativa de coloca-la neste posto apenas transformará “imbecis superficiais” em “imbecis profundos”, como Karl Kraus bem disse de forma bem irônica e satírica. (*apud* Dr. Rodrigo Silva, 2018, p. 38): Diz o tolo em seu coração: “Deus não existe!” Corromperam-se e cometeram injustiças detestáveis; não há ninguém que faça o bem.” (Salmos 53,1).

## 5 CONCLUSÃO

Diante todos os fatos e evidência narrados, vejo com ainda mais veemência que a humanidade é completamente enlaçada com as questões éticas. Passam-se milênios e as perguntas: “isto é bom?”, “isto é justo?” ou “isto é belo?”; continuam a fazer parte do nosso cotidiano, desde as situações mínimas – como não dar lugar para alguém mais velho sentar no ônibus – às situações máximas – como testes laboratoriais com embriões. Fugir disto é fugir da nossa fisiologia cerebral e da própria essência humana. É negar um fato. Peço licença aos céticos, mas a suspensão de todo e qualquer juízo sobre os fatos, como prega a *epoché*, é utopia. Para quem está se esforçando para praticá-la, basta que ela seja passada pra trás em algum contrato ou tenha o seu lugar na fila cortado pra que imediatamente exclame: “Ei, isso não é justo!”. Se a neurociência concluiu que nosso cérebro é programado para julgar moralmente, pedir para o homem olhar para algo sem valorá-lo como certo ou errado é a mesma coisa que o pedis para não comer mais nada e viver, sem falar do fato deste próprio pedido já carregar em si uma valoração: a valoração de que o certo é não valorar.

Ultrapassada a conclusão acima, tenho que, se é impossível ao homem se desvincular do conceito de valores absolutos e eles compõem nossos neurônios, é igualmente impossível que eles não existam. Ora, se não existisse água em algum lugar do universo, é logico que o homem não precisaria dela para sobreviver. Da mesma forma, se não existe moral, porque nos vemos necessitados dela? Se o homem tem alguma carência vital e o objeto desta necessidade não existe fora dele, estaria fadado à autodestruição.

Com a certeza lógica de que existem valores morais absolutos, vem também a certeza de que não iremos encontra-los através da observação e do exercício da razão. Na teoria, por mais que o homem avance profundamente na ciência e descreva os mínimos detalhes da natureza, sistematizando todos os sistemas sociais já existentes, os limites Kantianos e a barreira lógica de Hume, nos provaram que é impossível chegar aos valores pelos fatos. Na prática, as guerras mundiais, o nazismo e as críticas de Foucault, Marx e cia nos mostrou que a razão não conseguiu cumprir o papel de norteador moral.

Os valores absolutos já existem, têm conotação objetiva e são extrínsecos ao homem (portanto, maiores que este); ou a humanidade está à mercê de suas próprias convicções, conflitantes entre si e, como diria Ivan Fiodorovich, “tudo será permitido”. A consequência prática desta anomia é terrível. O filósofo e teólogo Battista Mondin (1981, p. 158) bem comentou:

Os valores absolutos, universais da verdade, da bondade, do ser, do amor, da justiça, da honestidade da solidariedade e da vida, hoje não brilham mais em nossas consciências e nem em nossa sociedade. Com o eclipse destes valores fundamentais, uma noite nebulosa, estendeu seu véu [...] Sem estas estrelas-guia agora andamos tateantes num mundo confuso, desorientado, caótico, desesperado.

O relativismo pós-modernista tirou o mapa e a bússola do homem, deixando-o perdido, à mercê de suas próprias convicções. Mas, “uma vez que as tropas de regulamentação normativa abandonam o campo de batalha da vida, sobram apenas a dúvida e o medo” (BAUMAN. 2001. p. 31). Em qualquer retrato que se faça da sociedade pós-moderna isso é provado, este não é escopo deste trabalho, mas apenas a título de reflexão ou pontapé para uma nova pesquisa: será que é a dúvida e o medo gerados por esta anomia que estão provocando as altas taxas de suicídio?

O ser humano tenta a todo custo romper com conceitos que lhe são superiores e entronizar a si mesmo como o legislador, mas é uma tentativa sempre ineficaz. Protágoras estava errado em dizer que o homem é a medida de todas as coisas. Afinal, ele é muito pequeno para ser a medida de algo.

Como se pode ver, a tese relativista a todo tempo se prova contraditória e assim, insustentável e todos que a seguirem outro destino lógico não irão ter, senão o mesmo de seu lema “tudo é relativo”: a autodestruição.

## REFERÊNCIAS

ANTÓN, Jacinto. Assassinos da SS com Doutorado. **El País**. Barcelona. 22 jun. 2017. Cultura. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/21/cultura/1498069163\\_921732.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/21/cultura/1498069163_921732.html). Acesso em: 21 nov. 2018.

AQUINO, Tomas de. **Comentário à Metafísica de Aristóteles I-IV: volume I**. Tradução de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. Campinas-SP: Vide Editorial, 2016.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Michelson. *et al.* **O resgate da verdade**. 2. ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2015.

BORGES, Michelson. **Charles Darwin: o Pai da Eugenia?**. 2017. Disponível em: <http://www.criacionismo.com.br/2017/11/charles-darwin-pai-da-eugenia.html>. Acesso em: 06 jun. 2021.

BOURGET, David; CHALMERS, David. **Pesquisa filosófica**. 2010. Disponível em: <https://philpapers.org/surveys/results.pl>. Acesso em: 10 out. 2019.

BUCKINGHAM, Will. *et al.* **O livro da filosofia**. Tradução de Rosemarie Ziegelmaier. 2. ed. São Paulo: Globo, 2011.

CALABREZ, Pedro. A psicologia do julgamento. **YouTube**. 4 ago. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZSGq5GK2vFM>. Acesso em: 03 jun. 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Editora Ática, 2010.

CONTE, Jaimir. **Montaigne e o Ceticismo**. 2008. 70 p. Monografia (bacharelado). Curso de Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Grande do Norte, 2010.

COPAN, Paul. Is God a Moral Monster?. **YouTube**. 29 ago. 2012. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1C3q3Zr\\_R8E&t=1117s](https://www.youtube.com/watch?v=1C3q3Zr_R8E&t=1117s). Acesso em: 09 jun. 2021.

D'SOUZA, Dinesh. **A Verdade sobre o Cristianismo**: porque a religião criada por Jesus é moderna, fascinante e inquestionável. Tradução de Valéria Lamim Delgado. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

DAWKINS, Richard. **River Out of Eden**: a darwinian view of life. Weidenfeld & Nicolson, 1995.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Os Irmãos Karamázov**. São Paulo: Editora 34, 2008.

FILOSOFIA. **Objetivo**. Disponível em: <http://www.objetivo.br/noticias.asp?id=3689>. Acesso em: 08 nov. 2018.

FRANK, Joseph. **Dostoiévski**: as sementes da Revolta. São Paulo: EDUSP, 1999.

FRANKL, Viktor E. **A presença ignorada de Deus**. 19. ed. Rio Grande do Sul: Sinodal. 2007.

GOLIN, Luana Martins. O discurso teológico no conto O Grande Inquisidor de Dostoiévski. **Revista Caminhando**, v. 14, n. 1, p. 65-75, jan./jun. 2009.

/HOBBS, Thomas. **Leviatã**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

HUME, David. **Tratado da Natureza Humana**. Tradução de Débora Danowski. Livro III, Parte I, Seção II. São Paulo: Editora UNESP. 2000.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução de João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MONDIN, Battista. **Introdução à filosofia**: problemas, sistemas, autores, obras. São Paulo: Paulus, 1980.

MOTTA, Manoel Barros de. **Michel Foucault**: a problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ONFRAY, Michael. **A potência de existir**: manifesto hedonista. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

PLASTINO, Caetano Ernesto. **Relativismo cognitivo**. 1999. 6 f. Universidade de São Paulo – USP. Disponível em: [Http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/P\\_autores/PLASTINO\\_Caetano\\_Ernesto\\_tit\\_Relativismo\\_cognitivo.pdf](Http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/P_autores/PLASTINO_Caetano_Ernesto_tit_Relativismo_cognitivo.pdf). Acesso em: 08 nov. 2018.

REIS, Douglas. **Marcados pelo futuro**: vivendo na expectativa do retorno de nosso Senhor. 2011. Niterói, RJ: Ados, 2011.

RIBEIRO, Paulo Silvino. O papel do Estado segundo Thomas Hobbes. 2019. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-papel-estado-segundo-thomas-hobbes.htm>. Acesso em: 09 out. 2019.

SALMOS. *In*: Bíblia: Nova Versão Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2001.

SARTRE, Jean-Paul. **L'Existentialisme est un Humanisme**. Paris: Les Éditions Nagel, 1970.

SIEGEL, Harvey. **Relativism Refuted**. Reidel. Dordrecht, 1987.

SILVA, Rodrigo. **o ceticismo da fé**: deus uma dúvida, uma certeza, uma distorção. Barueri, SP: Ágape, 2018.

SUASSUNA, Ariano. Dostoiévski e o Mal. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 28. set. 1999. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2809199907.htm>. Acesso em: 21 nov. 2018.

THORNHILL, Randy; PALMER, Craig T. **A natural history of rape**: biological bases of sexual coercion. Revised ed. MIT Press Publishing House, 2001.